

# Das letras aos números: as estratégias “estatativistas” do movimento LGBTI+

*From letters to numbers: the “statactivists” strategies of the LGBTI+ movement*

*De las letras a los números: las estrategias “estatactivistas” del movimiento LGBTI+*

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i3.39948>

 **João Otávio Galbieri**

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil. Estudante de mestrado em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) pela mesma instituição, com financiamento da CAPES. E-mail: [joaootaviojahu@gmail.com](mailto:joaootaviojahu@gmail.com)

## RESUMO

Este artigo tem a intenção de discutir o recente uso de dados quantitativos pelo movimento LGBTI+ para reivindicação da cidadania. A partir da análise qualitativa de dados quantitativos presentes em um conjunto de documentos, como os relatórios produzidos pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) entre 2011 e 2019, pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) entre 2011 e 2019 e pelo Movimento por Avanço nas Políticas Públicas de Atenção às Populações LGBTI+ (MAPPA LGBTI+) em 2022, propõe-se o uso de “estatativismo LGBTI+” para compreender estas estratégias. O objetivo, portanto, é demonstrar como a produção de números tem sido parte importante do repertório de ação dos movimentos LGBTI+ contemporâneos. Ao final, conclui-se que o estatativismo LGBTI+ direciona críticas às “estatísticas oficiais” produzidas pelo Estado brasileiro e operacionaliza as categorias de identidades sexuais e de gênero historicamente formuladas pelos movimentos LGBTI+.

**Palavras-chave:** Estatativismo, movimento LGBTI+, movimentos sociais, gênero e sexualidade.

## ABSTRACT

This article intends to discuss the recent use of quantitative data by the LGBTI+ movement to claim citizenship. From the qualitative analysis of quantitative data present in a set of documents, such as the reports produced by the Grupo Gay da Bahia (GGB) between 2011 and 2019, by the Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) between 2011 and 2019 and by the Movimento por Avanço nas Políticas Públicas de Atenção às Populações LGBTI+ (MAPPA LGBTI+) in 2022, it is proposed to use “LGBTI+ statactivism” to understand these strategies. The objective, therefore, is to

demonstrate how the production of numbers has been an important part of the repertoire of action of contemporary LGBTI+ movements. In the end, it is concluded that LGBTI+ statactivism directs criticism to the “official statistics” produced by the Brazilian State and operationalizes the categories of sexual and gender identities historically formulated by the LGBTI+ movements.

**Keywords:** Statactivism, LGBTI+ movement, social movements, gender and sexuality.

## RESUMEN

Este artículo pretende discutir el uso reciente de datos cuantitativos por parte del movimiento LGBTI+ para reclamar la ciudadanía. A partir del análisis cualitativo de datos cuantitativos presentes en un conjunto de documentos, como los informes producidos por el Grupo Gay da Bahía (GGB) entre 2011 y 2019, por la Asociación Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) entre 2011 y 2019 y por el Movimiento para o Avanço nas Políticas Públicas de Atenção às Populações LGBTI+ (MAPPA LGBTI+) en 2022, se propone utilizar el “estatactivismo LGBTI+” para entender estas estrategias. El objetivo, por lo tanto, es demostrar cómo la producción de números ha sido una parte importante del repertorio de acción de los movimientos LGBTI+ contemporâneos. Al final, se concluye que el estatativismo LGBTI+ dirige la crítica a las “estadísticas oficiales” producidas por el Estado brasileño y operacionaliza las categorías de identidades sexuales y de gênero formuladas históricamente por los movimientos LGBTI+.

**Palabras claves:** Estatactivismo, movimiento LGBTI+, movimientos sociales, gênero e sexualidad.



## Introdução

Os movimentos LGBTI+<sup>1</sup> brasileiros têm desenvolvido narrativas numéricas, baseadas em pesquisas e relatórios produzidos com metodologias alternativas, dirigindo críticas às “estatísticas oficiais” do Estado brasileiro. De acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2011, a *cada 21 horas* ocorria o assassinato de uma pessoa LGBTI+ no Brasil. Em 2013, dois anos depois, foi *um assassinato a cada 28 horas* e, nos dois anos seguintes, em 2014 e 2015, *um assassinato a cada 27 horas*. Em 2017, documentou-se que *a cada 19 horas morria uma vítima da LGTBfobia*, mais do que em 2018, quando foi contabilizado o número de *uma vítima a cada 20 horas*. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), outra organização que compõe os movimentos LGBTI+ brasileiros, aponta, em seus Dossiês anuais de violências e assassinatos, que o Brasil é o *país que mais mata travestis no mundo*, reproduzindo e colaborando na produção do dado da Ong Transgender Europe (TGEU).

O Movimento por Avanço nas Políticas Públicas de Atenção às Populações LGBTI+ (MAPPA LGBTI+) do município de São Carlos, no interior do estado de São Paulo, desenvolveu, entre os anos de 2020 e 2022, uma pesquisa quantitativa para reivindicar o acesso aos serviços públicos. Divulgada como o “1º Censo LGBTI+”, consistiu na aplicação de um questionário por meios digitais, que tratava de assuntos relacionados às experiências em serviços públicos de saúde, educação, segurança e à situação alimentar e financeira durante a pandemia. A pesquisa, com uma amostra de 389 respostas, constatou que nenhuma das pessoas trans ou travestis conseguiam consultas com endocrinologista do serviço público. Nesse mesmo grupo, 48,9% das pessoas disseram não ir ao médico por desrespeito ao gênero, medo ou demora no atendimento. Além disso, 34,13% das pessoas gays e 33,93% das pessoas trans disseram sentir discriminação por ser LGBTI+ em serviços públicos de educação, entre outros dados.

O presente texto busca discutir as estratégias “estatativistas” dos movimentos LGBTI+ recentes, que, pelo menos a partir de 2010, têm realizado a produção de pesquisas, dados e relatórios para reivindicar direitos e o exercício da cidadania. Esta tem sido parte importante do repertório de ação coletiva dos movimentos, e os dados mencionados ao início, mais do que uma leitura “neutra” da realidade social, evocam usos políticos de dados quantitativos. O “estatativismo” (Didier; Bruno, 2021) é uma noção recente que busca ilustrar e caracterizar a mobilização política a partir de dados estatísticos para reivindicação de demandas ativistas e militantes. Dessa forma, buscamos conciliar as noções que ganharam espaço no debate acadêmico brasileiro através do

---

1 LGBTI+ é o acrônimo utilizado pelos movimentos sociais de gênero e sexualidade para se referir às identidades sexuais e de gênero de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e demais identidades. Por ser a forma encontrada com mais recorrência nos documentos aqui analisados, será a utilizada neste texto para se referir ao sujeito político dos movimentos de gênero e sexualidade.

campo de estudos de gênero e sexualidade com o da sociologia da quantificação, campo emergente na sociologia brasileira que tem abordado os números como artefato cultural (Camargo, Lima, Hirata, 2021).

A partir deste cruzamento, designamos “estatativismo LGBTI+” para compreender a forma de mobilização dos movimentos sociais de gênero e sexualidade, que utiliza a produção de números e dados quantitativos, a partir de enquadramentos distintos, como a violência ou o acesso a serviços públicos. O objetivo é demonstrar como as pesquisas produzidas pelos movimentos LGBTI+ questionam as categorias pelas quais se mensuram os sujeitos a serem quantificados, a produção dos grandes números (Desrosières, 1998) que orientam a produção de políticas e a forma pela qual se pensa o Estado.

Para tanto, partimos da análise de um conjunto de documentos, como os relatórios produzidos pelo GGB de 2011 a 2019, pela ANTRA de 2017 a 2023, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da experiência pesquisando uma iniciativa local de pesquisa quantitativa, organizada em São Carlos com o MAPPA LGBTI+. Este material constitui um quadro de parte das pesquisas dos movimentos LGBTI+ que têm utilizado distintos enquadramentos para mobilização de crítica no debate público. Algumas das características das pesquisas aqui analisadas são o uso de metodologias alternativas, a influência de uma abordagem teórico-analítico interseccional, a apresentação de insatisfações com as categorizações institucionais, especialmente com os censos realizados pelo IBGE. Em termos metodológicos, portanto, o trabalho apresenta uma análise qualitativa de dados quantitativos, por levar em consideração os números fornecidos e a contextualização de sua produção descrita nos relatórios.

O uso dos números como estratégia política, suscita seu caráter cultural, de forma a não os compreender como simples fornecedores de uma leitura neutra da sociedade, mas também como objeto de uso político no debate público. Tal uso implica em algumas dificuldades, como o orçamento para realização e divulgação das pesquisas, mas também torna evidente a importância da discussão em termos quantitativos de questões que afetam a população assim designada. A importância dos números é que transformam e convertem as qualidades, como as identidades sexuais e de gênero, em quantidades que possibilitam a criação de novos nomes, sujeitos e agregados. Dessa forma, pode tornar certas identidades mais reais do que outras pela sua existência numérica, elemento fundamental no debate público e um dos principais pontos em jogo no uso de dados quantitativos para a reivindicação de direitos.

O texto está organizado em três seções, com o objetivo de demonstrar que os movimentos LGBTI+ recentes tem uma de suas estratégias fundamentais baseada na produção de dados e documentos estatísticos para a reivindicação da cidadania. Na primeira seção, intitulada “Quantificar as identidades, produzir números”, buscamos analisar o percurso histórico da

construção das categorias que conformam identidades sexuais e de gênero, atualmente compreendidas pelo sujeito político LGBTI+. Dessa forma, é possível visualizar que as tensões são parte constitutivas deste movimento social, ao mesmo tempo que as aproximações por opressões comuns unem identidades diversas. Na terceira seção, “Quantificações oficiais”, o intuito é demonstrar que são fortes as críticas às mensurações do Estado, como as utilizadas nos censos demográficos produzidos pelo IBGE. Na terceira seção, intitulada “Quantificar a diferença, representar a desigualdade”, analisamos os relatórios produzidos pelo GGB e pela ANTRA. Na quarta e última seção, “Os percursos da produção de um relatório e da demanda coletiva”, refletimos sobre a experiência local da pesquisa feita pelo MAPPA LGBTI+. As considerações finais são um balanço do texto.

### **Quantificar as identidades, produzir números: um percurso histórico**

É possível dizer que algumas das discussões centrais dos movimentos LGBTI+ são as que se referem às identidades. Criam-se categorias para definir a diferença sexual e de gênero, desde àquelas acusatórias, sociodemográficas, biológicas, às auto atribuídas. É o que Michel Foucault denuncia ao quebrar com a hipótese repressiva da construção do sexo e demonstrar a proliferação e produção de discursos sobre o assunto a partir do século XVIII. Não se trata de uma sexualidade reprimida, mas produzida através de um dispositivo de poder influenciado por processos históricos e sociais que constituem o conteúdo das categorias de sexualidade (Foucault, 1999). Como nos diz Judith Butler (2018; 2019), os esforços teóricos e analíticos devem ser no sentido de explicitar as relações e significados das categorias de identidades sexuais e de gênero, vistas como efeitos de práticas e discursos difusos.

Nesse sentido, é um fenômeno histórico notável o fato de que enquanto se construía as bases para a forma que tomariam os Estados-nação na Europa, no Brasil colonial o conteúdo das categorias de sexualidade e gênero eram hegemonicamente consideradas sob o viés do pecado e do crime. A acusação de alguma prática que não ocorresse dentro do arranjo da heterossexualidade e dos papéis de gênero binários configurava também um caráter criminal e patológico ao indivíduo que a realizasse, o que evidencia os esforços na supressão de possíveis dissidências de gênero ou sexualidade em relação ao regime da heterossexualidade compulsória com vistas à procriação. Entre alguns aspectos que reforçam esse modelo social, constata-se a criminalização da sodomia, considerada como qualquer relação sexual que não tenha como fim a procriação (Green, 1999). Tal prática sexual associa diretamente o praticante à identidade “sodomita”, aos “pederastas”, entre outras, como as “cudinas”, que seriam as travestis contemporâneas (Rayara, 2018).

Mesmo com a descriminalização da sodomia em 1889 no Código Penal do Governo Republicano, nas décadas posteriores, é possível visualizar o recrudescimento da influência do discurso biomédico na criação de termos, categorias e pesquisas que enfatizavam o caráter patológico das identidades LGBTI+. Daí surgem os diversos ismos no século XIX relacionados a sexualidade que conotam as doenças, como homossexualismo, lesbianismo, travestismo, entre outros termos. Em resposta a esta visão, temos o surgimento e a elaboração de categorias de cunho político, como homossexualidade masculina (Hocquenghem, 2009), lesbiandade (Wittig, 2006), “travestis” e “transexuais” (Bento, 2006; Leite Junior, 2008), transgeneridade (Butler, 2004) e intersexualidade (Morland, 2009), que são noções usadas em teorias e movimentos sociais mais recentes ao considerar a não naturalidade do sexo, da binariedade sexual e de gênero.

É a partir da segunda metade do século XX que é possível visualizar a emergência de formas de politização das identidades no Brasil e no mundo, contestando o caráter natural dos comportamentos sexuais e dos papéis de gênero. As discussões dos movimentos sociais LGBTI+ brasileiros, nesse primeiro momento, deram-se principalmente em torno de como melhor qualificar essas categorias, como é possível notar pelas pesquisas que analisam o período inicial de sua constituição, nos anos 70, 80 e 90 (Facchini, 2002; 2003), além do contexto dos anos 2000 e 2010 (Aguião, 2014; Irineu, 2016). De acordo com Regina Facchini (2002), que propunha a ideia de “ondas” para enquadrar características de determinados períodos do movimento, teríamos uma “primeira onda” na segunda metade dos anos 70, que seria caracterizada em termos de Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), com atuação centralizada no eixo sul-sudeste do país, em uma militância opositora ao regime ditatorial e o formato de ativismo por tabloides, através da produção de jornais e revistas que compartilhassem informações. Nos anos 80, a “segunda onda” seria marcada pela epidemia de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) e os efeitos de certa desmobilização em detrimento da ampla divulgação como “peste gay”, além da noção de “grupo de risco” com relação à doença, que foi extremamente prejudicial por rearticular a visão patológica historicamente vinculada a tais grupos. Na década posterior, a “terceira onda” é um período de intensas mudanças nos movimentos LGBTI+, que marca o reflorescimento das iniciativas (Facchini, 2003), processo visto como efeito da redemocratização e da crescente institucionalização da atuação do movimento em diálogo com Organizações Não Governamentais (ONG’s) internacionais.

Os anos 90 são intensos no que se refere às mobilizações políticas dos movimentos LGBTI+ brasileiros. Em 1993, o termo “lésbicas” foi incorporado na sigla que representa o movimento, e dois anos depois, em 1995, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT) foi criada. É no final dos anos 90, ainda, que ocorrem a realização das primeiras Paradas do Orgulho no Rio de Janeiro e em São Paulo, estratégia que focava a visibilidade das demandas no

espaço público de maneira celebratória, assim como a emergência do mercado segmentado voltado para o público caracterizado em termos de Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS) (França, 2006). Em 1997, a categoria “travestis” é incluída na sigla “GLT”, e, oito anos depois, já em 2005, os termos “bissexuais” e “transexuais” são acrescentados (Simões; Facchini, 2009) e temos então a conformação do acrônimo GLBT. Recuperar esse processo de constituição histórica dos movimentos LGBTI+ é importante para demarcar os esforços contínuos em torno da construção do próprio sujeito político do movimento em constante tensão, devido à heterogeneidade do grupo que representa.

Desde as distinções entre GLS e LGBT, as letras são os referentes à mobilização política da identidade dentro e fora dos movimentos LGBTI+, tornando evidente presenças, ausências e a possibilidade de novas configurações. Apesar dessa recuperação mais ampla, neste texto a proposta é aproximar a produção de números, a partir de distintos segmentos do ativismo, ao identificar a iniciativa como uma reivindicação pela inclusão de variáveis que mensurem gênero e sexualidade nos indicadores oficiais. Essa abordagem analítica é uma opção feita levando em consideração que o acrônimo LGBTI+ evidencia alianças possíveis entre grupos heterogêneos e tem utilidade estratégica e descritiva para apresentar as expressões não normativas de gênero e sexualidade. Entre algumas conexões que aproximam essas diferenças, estão o longo histórico de patologização, a dependência do reconhecimento da sociedade para integrarem a categoria de pessoas e a trajetória de serem vistas como “pecaminosas” ou “demoníacas” (Méndez, Villena, 2012).

Vale ressaltar aqui o início da formulação de políticas públicas direcionadas a essa população, como o Programa Federal Brasil Sem Homofobia (BSH), de 2004, que incluía o termo orientação sexual, mas não identidade de gênero. Como destaca Silvia Aguião (2014), o termo só viria aparecer no relatório do I Congresso da ABGLT, realizado no ano de 2005, que se consolidou no mesmo congresso no ano seguinte, com o par conceitual orientação sexual e identidade de gênero (Aguião, 2014:150). Além disso, é válido destacar o “tripé da cidadania LGBT”, política pública formulada nesse período que propunha três medidas: (i) coordenadorias lgbt; (ii) conselhos LGBT; e, por fim, (iii) planos de combate à homofobia. Nesse contexto institucional, Aguião demonstra como eram visíveis os esforços por parte dos militantes em “aprender a língua do Estado”, estratégia cuja ambiguidade, como nos diz, é aprender uma linguagem que se visa superar.

Fica claro, enfim, que termos e categorias para se referir a sujeitos específicos vão sendo construídas e reconstruídas, compreendidas e assimiladas de forma diferente ao longo do tempo (...). No entanto, são formulações também determinadas pela relação com táticas e estratégias características do movimento social tidas como mais ou menos propícias (Aguião, 2014:155-156).

É válido apontar o Plano Plurianual (PPA), instaurado no período de 2004-2007, que previa o programa Brasil Sem Homofobia (BSH) como política pública LGBT. Como destaca Bruna

Andrade Irineu (2016), esse PPA centralizou a atuação em ONG’s, reforçando a “(...) contraditória participação social da sociedade civil, mas também a transferência de responsabilidades do Estado para as ONG’s” (Irineu, 2016:116). Irineu (2016) também destaca certo esgotamento das políticas voltadas à população LGBT. Do “pioneirismo” durante o governo Lula, através do projeto Brasil Sem Homofobia, às descontinuidades do governo Dilma Rousseff, configura-se o que denomina de “homofobia cordial” brasileira. Esse processo seria marcado pela divulgação internacional do dito “pioneirismo”, mas pela perda da força política dos Conselhos LGBT nos processos decisórios, efetivando um acirramento das políticas de identidade (Irineu, 2016).

As formulações acima evidenciam como a incorporação da “população LGBTI+” pelo Estado brasileiro é ambígua. Os aspectos que se relacionam à neoliberalização apontam para alguns outros efeitos, ressaltados por algumas pesquisas recentes. No âmbito desse debate, Alexandre Martins Nogueira (2020) relaciona como as demandas do movimento social LGBT têm se imbricado em processos políticos com relação a pautas criminalizantes. É possível dizer também que os números têm adquirido proeminência no horizonte de discussões, através da produção de pesquisas que invocam dados quantitativos em sua argumentação, por vezes se relacionando a demandas de criminalização, mas também outras, como a inclusão da mensuração de gênero e sexualidade nas “estatísticas oficiais” ou o acesso aos serviços públicos. Epítomes dessa forma de ativismo são as pesquisas e os relatórios produzidos pelo GGB, pela ANTRA, e que tenho acompanhado localmente pelo MAPPA LGBTI+. Na próxima seção, buscamos explorar aspectos das críticas direcionadas pelas estratégias “estatativistas” dos movimentos LGBTI+ às quantificações produzidas pelas “estatísticas oficiais”.

### **Quantificações oficiais: as mensurações do Estado**

Na seção anterior, o intuito foi traçar um histórico da construção das categorias de sexualidade e gênero no Brasil e como se constituíram movimentos LGBTI+, dando ênfase à heterogeneidade dos sujeitos representados pela sigla. A produção de pesquisas, dados e documentos estatísticos, como veremos na seção seguinte, constitui uma das principais estratégias dos movimentos LGBTI+ recentes. Nesta, o intuito é apresentar como as mensurações estatais têm produzido determinados cidadãos em suas quantificações oficiais. O “estatativismo LGBTI+”, em contrapartida, tem sido a expressão da ação coletiva na confrontação com as mensurações oficiais de gênero e sexualidade utilizadas pelo Estado, a produção dos dados institucionais e os indicadores utilizados. Nesse sentido, confronta a ausência de dados públicos produzidos pelo Estado sobre a população LGBTI+.

O “estatativismo LGBTI+”, como o texto busca demonstrar, reúne algumas características, como o uso de metodologias alternativas para realização de pesquisas, abordagens interseccionais e críticas às categorizações oficiais utilizadas por órgãos e instituições do Estado. O termo surge como um neologismo e conceito descritivo que designa práticas militantes que atuam pelos números e pela produção alternativa de números (Didier, Bruno, 2019). Nesse sentido, um conceito de “estatativismo” mais amplo se refere a todas as práticas estatísticas, cujo fim é emancipação de uma autoridade, e um mais restrito (2), cujo intuito é designar algumas das práticas reunidas e adaptadas ao tipo de poder exercido no âmbito da governamentalidade neoliberal (Didier; Bruno, 2021:86).

Em primeiro lugar, é interessante abordar aqui a inspiração de “estatativismo LGBTI+” no uso de “estatativismo de gênero”, proposto pela pesquisadora Eugênia de Rosa (2014), com o intuito de designar a atuação de um conjunto de movimentos sociais que tem mobilizado politicamente os números. Rosa elenca como tais estratégias envolvem a escolha de dados que mais poderão ter um efeito político e que, ao mesmo tempo, a produção desses números se defrontam com dificuldades de financiamento. Essas pesquisas centralizam o Estado e é a partir dos números produzidos por militantes e ativistas LGBTI+ que propomos a noção de “estatativismo LGBTI+” como uma possibilidade conceitual para compreender a produção desses números.

Em segundo lugar, é importante recorrer a certo recuo histórico para a descrição do que são as “estatísticas oficiais”. O sociólogo Alain Desrosières (1998) aponta que a estatística apresenta duas ferramentas com dois caminhos históricos distintos: uma político-administrativa e outra cognitiva. A primeira remonta às tabulações e codificações de diversos aspectos da vida social, como as utilizadas na Alemanha do século XVII; e a segunda, à formalização de esquemas científicos, como, por exemplo, a história do cálculo de probabilidade do século XVIII ao XIX. Nesse sentido, é válido apresentar os cálculos de média do matemático e estatístico Adolphe Quetelet, que resultaram em sua contribuição intelectual aos esquemas estatísticos, possibilitando mudanças de ações individuais aleatórias para a construção de agregados estáveis e comparáveis. No século XIX, a questão dos acidentes relacionados ao trabalho na Europa apresentou uma mudança na responsabilidade individual para a responsabilidade da firma garantir a seus funcionários. Ainda no fim desse século, Desrosières descreve que os eugenistas biométricos ingleses, defensores da eugenia com base em argumentos construídos com referenciais científicos, acabaram tornando os termos dessa linguagem necessária aos seus opositores daquele momento histórico, um dos atributos dos estados democráticos do século XIX e indispensável no debate público até os dias de hoje.

Essas transformações científico-políticas em torno das estatísticas tornaram-se importantes referências para políticas sociais e econômicas nos Estados Unidos pós-crise de 1929. Em suma, no

início do século XX, os dados sobre a pobreza eram importantes informações para nortear a ação do Estado, principalmente nos Estados Unidos nos anos 1930 e na França em 1950. O principal ponto ao retratar o histórico da informação estatística, seja em suas transformações cognitivas ou seja às administrativo-políticas, argumenta Desrosières, é que suscita os investimentos técnicos e políticos, que constituíram uma linguagem comum na relação entre estado e ciência. Em suma, a história das estatísticas é uma história coextensiva a da construção do Estado (Bruno et al, 2016).

No Brasil, data de 1872 a realização do primeiro recenseamento da população brasileira<sup>2</sup>, que constrói categorias como sexo (homem e mulher), condição (livre ou escravo), estado civil, religião, nacionalidade, instrução (saber ler e escrever e analfabetos). Esse primeiro recenseamento foi realizado por grupos religiosos e, inclusive, reservava espaço para dados relacionados aos “defeitos físicos” da população recenseada. O recenseamento seguinte foi realizado em 1890 e, deste primeiro recenseamento, retém-se a categoria sexo (biológico e binário) como central, que estrutura todos os demais realizados até os dias de hoje. Nesta década, como aponta Alexandre Nogueira Martins (2020), ainda há a questão da criminalização da “pederastia” e, no início do século XX, o espaço para travestis e transexuais é marcado pela ocupação da prostituição ou dos teatros de revista (Rayara, 2018).

Em 1936, é criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é o órgão administrativo responsável pela produção dos censos nacionais. Os documentos do IBGE demonstram a centralidade das categorias “homem” e “mulher”, sob a rubrica de categoria sociodemográfica “sexo”, uma das únicas inalteráveis desde a realização do primeiro recenseamento da população brasileira em 1872. Nesse primeiro momento, os dados eram produzidos por grupos da Igreja Católica, não pelo IBGE, mas podem ser encontrados em sua página na internet.

A metodologia do IBGE consiste na consideração de dados domiciliares e dos indivíduos que habitam a residência. Portanto, conceitos importantes são os de população residente e de domicílio. Parte dos dados coletados consiste na amostragem geral e parte na amostra. Durante o ano de 2022, em que foi realizado o censo, após dois cancelamentos devido a pandemia de Covid-19, algumas notícias levantaram a relação tensa entre a instituição e a falta de reconhecimento da mensuração de orientação sexual e identidade de gênero em seus dados, quanto ao subfinanciamento da pesquisa. A histórica ausência desses cruzamentos tornou-se ainda mais emblemática após diversas negativas por parte do IBGE de implementar tais critérios metodológicos e analíticos. A última que ganhou notoriedade foi ao pedido da Justiça Federal do

<sup>2</sup> Recenseamento do Brasil em 1872. [Consult. 18-04-2023]. Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v1\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf)

Acre para que a inclusão fosse feita no Censo de 2022<sup>3</sup>, tendo como justificativa a ausência de tempo hábil ou a justificativa de que essas questões são de “âmbito íntimo e pessoal”. Essas notícias suscitam elementos que vêm sendo discutidos recentemente pelos movimentos LGBTI+, que pautam a ausência da coleta de informações a respeito de sexualidade nos questionários e dados obtidos pelo censo, de forma que também permaneceu o critério binário de “sexo biológico”, em detrimento da identidade de gênero.

Os pesquisadores Angelita Alves de Carvalho e Rafael Chaves Vasconcelos (2021) discutem as tensões em torno da inclusão da variável “orientação sexual” em pesquisas quantitativas de âmbito nacional. A primeira pesquisa que levou em consideração a possibilidade de inclusão foi a Contagem Populacional de 2007, que disponibilizou a possibilidade de preenchimento da variável “cônjuge de mesmo sexo”, mantida no Censo Demográfico de 2010. Contudo, destacam também as limitações da variável, que não considera indivíduos que não vivem em configurações matrimoniais, continua a não captar informações de gênero, além de que os dados relativos a tal variável não foram divulgados. Outra pesquisa que considerou tal possibilidade foi a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada em 2019, ainda não com um caráter censitário, mas fértil em suas possibilidades no campo voltado à saúde.

Ainda em debates que discutem os enquadramentos das pesquisas realizadas pelo IBGE, a antropóloga Eugênia Motta (2019) apresenta como a implementação da categoria “aglomerado subnormal”, em 1991 e 2010, produz um enquadramento generalizador da representação da favela. Motta demonstra que a mudança da categoria ao longo do tempo se alarga e passa a objetivar outras realidades, carregando a representação que esses espaços sempre tiveram com a pobreza (2019:79). Além disso, a autora mostra como a própria noção de domicílio como realidade estatística marca a “anormalidade” das periferias, pois é caracterizada pela estrutura do local de moradia e pela família como “configuração ideal de indivíduos” que pratiquem a gestão dos recursos. Frente a esse contexto, Motta aborda uma experiência pioneira da Maré que envolvia um autorresseñamento: as justificativas para a realização desses censos eram a insuficiência dos dados do IBGE para dar conta das especificidades e também a marginalização enfrentada pela população local.

A noção de domicílio opera a primeira fase de criação de uma população, ou seja, da ligação de uma quantidade de indivíduos a um determinado território, baseada no “isolamento” na gestão dos recursos necessários “à alimentação e à moradia”. Ela abarca também a ideia de “família”, configuração ideal desse conjunto de indivíduos. Uma das classificações dos domicílios se refere justamente ao estatuto familiar de seus moradores. Há, portanto, na realidade estatística do domicílio, relações definidas entre indivíduos, economia, família e espaços construídos. (Motta, 2019:81)

<sup>3</sup> Sobre a decisão da Justiça Federal do Acre, o IBGE informa. [Consult. 14-07-2022]. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=34041>

Retomando a ausência de gênero e sexualidade nas “estatísticas oficiais”, notamos aspectos políticos que caracterizam a centralidade da reprodução biológica, social e econômica nas mensurações das pesquisas censitárias. O pano de fundo não é apenas o de política pública ou a busca por um retrato “fiel” do país. Caso o fosse, seria mais do que possível incluir, senão a “orientação sexual”, uma noção mais ampla de gênero. Contudo, as mensurações oficiais, tendo como perspectiva o controle e a reprodução, podem ser demasiadamente engessadas e não acompanhar as transformações sociais. Aliados disso, homossexuais, bissexuais e demais identidades sexuais se enquadram nesses critérios, sem que suas especificidades sejam reconhecidas. Já as pessoas trans podem se enquadrar, tendo em vista a utopia do respeito por parte dos recenseadores ou de quem responda ao questionário do respeito ao seu gênero, ou serem desenquadradas.

Se há alguma forma de realizar a implementação de tais demandas em pesquisas quantitativas de abrangência nacional, como no Censo, uma das formas que se apresentam como viáveis é a aproximação com os movimentos sociais, que têm operacionalizado e tido uma relação controversa no que se refere à inclusão das noções de orientação sexual e identidade de gênero em seus questionários e, conseqüentemente, nos resultados que produz. A partir das questões levantadas, é possível compreender melhor a constituição dessas categorias de mensuração institucionais e seu imbricamento em relações de poder, por um lado, e, ao mesmo tempo, o investimento na produção de pesquisas quantitativas pelo movimento LGBTI+.

### **Quantificar a diferença, representar a desigualdade: o Grupo Gay da Bahia e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais**

Os movimentos LGBTI+, além das discussões sobre o regime de poder normativo de gênero e sexualidade, formulados em conceitos como a heteronormatividade e cisnormatividade, também é orientado por aproximações a discussões feministas, como a interseccionalidade (ou feminismo da diferença). Dois segmentos dos movimentos LGBTI+ que produzem pesquisas quantitativas em escala nacional e conseguiram articular e dar continuidade aos seus projetos de quantificação desta população são o GGB e a ANTRA. O intuito é demonstrar como as pesquisas se consolidaram e os enquadramentos fornecidos pelos relatórios, enquadrando analítica e quantitativamente gênero e sexualidade através de números. Os relatórios produzidos utilizam esses números para produzir críticas e efeitos no debate público.

O pesquisador e ativista Thiago Coacci (2018) demonstra como os movimentos sociais também estão imersos nas disputas políticas e discute a ideia de cidadania tecnocientífica, que seria caracterizada pela exigência que os cidadãos também falem a língua dos dados e da ciência. De

acordo com Coacci (2018), esse fenômeno pode ser visto como um efeito da insuficiência da linguagem dos direitos humanos. O movimento trans, segmento que analisa detidamente, têm produzido com essas pesquisas um conhecimento contrapúblico, cuja atuação tem sido no sentido de discutir e tornar explícitas as precariedades a partir de uma abordagem que privilegia os múltiplos resultados que podem produzir. São dois tipos de precariedades: (i) a inexistência de qualquer natureza sobre a população trans; (ii) a inadequação (de parte) do conhecimento produzido pela academia em função de sua construção não democrática, que apaga a vivência de pessoas trans. A cidadania tecnocientífica é uma proposta que torna possível compreender o processo de “contagem das mortes” por parte do movimento trans, como o relatório da Rede Trans, acompanhado pelo pesquisador, que gerou a inspiração em outros grupos e o efeito moral de publicização das mortes no debate público.

Nesse texto, a proposta é aproximar a produção das pesquisas sob a rubrica do “estatativismo LGBTI+”. A ideia é que essa abordagem permite a aproximação de iniciativas que suscitam a importância da implementação das categorias da diferença na análise de diferentes indicadores, como “orientação sexual” e “identidade de gênero”.

### **Grupo Gay da Bahia**

O GGB surgiu no interior da que seria a primeira onda do movimento LGBTI+, se recuperarmos a formulação analítica proposta por Facchini (2002). O GGB realiza pesquisas que centralizam o enquadramento das violências direcionadas a grupos LGBTI+ desde 1980. Elas foram coordenadas por Luiz Mott, fundador do grupo, e os relatórios foram de autoria de Eduardo Michels do primeiro ao penúltimo volume, publicados em 2011 e 2018, respectivamente. A última publicação produzida exclusivamente pelo grupo, em 2019, foi organizada por José Domingos de Oliveira e Luiz Mott. A diferença no tamanho e especificidade do relatório com relação aos anteriores é notável: duzentas e quinze páginas, uma mudança considerável frente aos anteriores que tinham, em geral, de trinta a quarenta páginas.

O primeiro relatório publicado no site foi em 2011 e marca que houve *uma morte a cada 21 horas*. Também aborda aspectos como a questão da subnotificação das mortes, que tem uma relação direta com a metodologia da pesquisa realizada com base na coleta de notícias em diversas mídias, como jornais, televisão ou redes de pessoas. Entre os assassinatos, especifica-se que foram 162 gays, 98 travestis e 7 lésbicas. O estudo seguinte sai em 2013, “*Um assassinato a cada 28 horas!*”, em que são salientados os aspectos relativos à falta de verba e financiamento para a realização da pesquisa. É possível visualizar, já nessa descrição, aspectos do “estatativismo LGBTI+”, a saber, a mobilização do dado relativo ao número de mortes por horas, que estabelece uma espécie de média

temporal para a ocorrência do fenômeno e os dilemas metodológicos e financeiros da realização da pesquisa.

(...) mesmo sem verbas, sem apoio institucional, nosso site “HomoTransfobia Mata” é o único banco de dados disponível online sobre tais crimes. Por isso é que há mais de uma década o State Department dos Estados Unidos divulga nossos dados em seu relatório anual sobre direitos humanos.

No ano de 2014, temos que o período médio do assassinato de uma pessoa LGBTI+ foi o de *um assassinato a cada 27 horas*. O texto, que costuma acompanhar a publicação, apresenta também uma média dos assassinatos de pessoas LGBTI+ por governo, em que teríamos a documentação de 1.023 crimes, que constituem uma *média de 27 por ano* durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso na presidência. Durante os oito anos de governo do presidente Lula, foram documentados uma *média de 163 por ano*, seguindo uma constante de aumento expressivo de 325 *mortes por ano*, durante o primeiro governo de quatro anos da presidenta Dilma Rousseff e também o período dos quatro anos seguintes, considerando, inclusive, os dois últimos, que foram chefiados por Michel Temer.

O relatório de 2015 estabelece a hipótese de que quanto maior o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), menor o número de violências contra pessoas LGBTI+. Em 2016, o GGB contabilizou 343 mortes. No relatório de 2017, pontua-se que *a cada 19 horas morria uma vítima da LGBTfobia*. De acordo com os dados, foram 445 pessoas LGBT's mortas no Brasil, dentro das quais 387 foram assassinatos e 58 suicídios, números que representaram um aumento de 30% em relação ao ano anterior. Em 2018, de acordo com os dados, *a cada 20 horas um LGBT morria de forma violenta vítima da LGBTfobia*. Por fim, em 2019, o GGB destacou que *a cada 26 horas uma pessoa LGBT foi assassinada no Brasil* (Oliveira, 2020).

Quantificar a diferença, nesse sentido, permite questionar o que é mensurado e o que não é pelas “estatísticas oficiais” do Estado. A metodologia do GGB é semelhante à da ANTRA, que se baseia no resgate de informações jornalísticas e que, conseqüentemente, influi diretamente nos dados produzidos. Se esses números podem não ser os que descrevem a realidade social da maneira mais precisa, tendo em vista os limites metodológicos de sua produção, eles representam o engajamento dos movimentos LGBTI+ em estratégias “estatativistas”.

### **Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)**

A ANTRA foi instituída no ano de 2000, em Porto Alegre, após uma série de encontros nacionais de travestis, como os Encontros Nacionais de Travestis (ENTLAIDS), que se tornou a Rede Nacional de Travestis (RENATA) e, posteriormente, com a inclusão da categoria Liberados, tornou-se Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL). Foi em 2016, segundo os relatórios

disponíveis na página da associação na internet, que ocorreram as discussões sobre a necessidade da realização do levantamento dos assassinatos de travestis e transexuais. A pesquisa ocorreu pela primeira vez durante o ano de 2017, e o relatório foi publicado no ano seguinte com o título de *Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017*.

Em 29 de janeiro de 2018, tornou-se emblemático o início da publicação do relatório das pesquisas anuais, cujos dados têm como referência o ano anterior e, desde então, enfatizam como o Brasil é o país que mais mata sua população trans no mundo. Nesse primeiro levantamento, foram contabilizados 179 assassinatos de pessoas trans, sendo 169 de travestis e mulheres transexuais, e 10 de homens trans. No geral, a estimativa foi de que *a cada 48h uma pessoa Trans*, com idade média de 27,7 anos, era assassinada no Brasil naquele momento (ANTRA, 2018). Com relação a gênero, a ANTRA aponta que 94% dos assassinatos foram contra pessoas do gênero feminino, o que tem constituído um tipo de violência característica às pessoas trans no Brasil e confirma a necessidade de considerar a categoria LGBTI+, no sentido mais amplo, e as próprias identidades trans, em específico, de maneira desagregada.

Além desses números, desde sua primeira edição, os relatórios da ANTRA também dão destaque à negligência por parte do Estado na produção de dados oficiais sobre a população LGBT, principalmente a população trans. A metodologia utilizada nas pesquisas segue o padrão estabelecido pela *Ong Transgender Europe (TGEU)*, que realiza desde 2008 o monitoramento da violência contra pessoas trans, o que enfatiza as conexões internacionais do ativismo da ANTRA. Assim, o levantamento é feito consultando matérias de jornais e mídias disponíveis na internet, o que gera algumas implicações, como o fato de que uma violência não divulgada não será documentada.

As publicações continuaram nos anos subsequentes até a edição mais recente neste ano, sempre no dia 29 de janeiro, data reconhecida como o Dia Nacional da Visibilidade Trans, desde 2004. Contudo, passaram a ser denominados *Dossiês: Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais no Brasil*, o que deu um caráter mais formal e contínuo às pesquisas. Acrescenta-se a esse aspecto, o fato de que no segundo dossiê, publicado em 2019, a ANTRA dá início a uma parceria com o Instituto Brasileiro Trans Educação (IBTE) para o levantamento de dados e unificação de publicações das pesquisas. O levantamento contabilizou 163 assassinatos de pessoas trans, dentre os quais, 158 foram de travestis e mulheres transexuais, 4 de homens trans e 1 pessoa não-binária, constituindo um perfil com idade média de 26,4 anos.

Na produção de conhecimentos, utilizamos métodos científicos e, assim, com o mesmo rigor exigido, lançamos mão para dar conta de um trabalho constituído sob o compromisso ético e político com esforços de suas pesquisadoras/autoras, marcando a posição do movimento de travestis e transexuais sobre o tema e definindo como gostaríamos de ser pesquisadas e descritas nos assuntos referentes à nossa população (Benevides, Nogueira, 2019:20).

O terceiro dossiê, publicado em 2020, continuou dando ênfase à validade dos dados produzidos e dos métodos empregados na análise, que considerou 124 assassinatos de pessoas trans, sendo 121 travestis e mulheres transexuais e 3 homens trans, com idade média de 29,7 anos (Benevides; Nogueira, 2020). O quarto dossiê, publicado em 2021, considerou 175 assassinatos, cujas vítimas foram apenas travestis e mulheres transexuais, com idade média de 29,5 anos de idade (Benevides; Nogueira, 2021). O penúltimo dossiê coletou informações a respeito de 140 assassinatos de pessoas trans, dentre as quais 135 eram travestis e mulheres transexuais e 5 homens trans e transmasculinos, com idade média de 29,3 anos (Benevides, 2022). Por fim, o último dossiê, publicado neste ano, contabilizou 131 assassinatos, sendo 130 de pessoas travestis e transexuais e 1 homem trans, com idade média de 29,2 anos, números que colocaram o Brasil pelo 14º ano consecutivo como país que mais mata sua população trans (Benevides, 2023).

Com relação à posição do Brasil, também é possível pensar no aspecto de que é um dos países em que as estratégias “estatativistas” mais se desenvolveram na temática de gênero e sexualidade, mesmo com a ausência de financiamento ou apoio. As pesquisas realizadas pela ANTRA sinalizam os aspectos prejudiciais da ausência de dados sobre a população LGBTI+, em específico para a população trans, como a falta de políticas públicas e ações direcionadas pelo Estado para o combate das desigualdades. Também apontam que, mesmo realizando tais pesquisas, a subnotificação de casos é um fator presente, o que tem relação direta com a metodologia utilizada: os casos de violência precisam ser publicizados para serem acessados ou encaminhados para a ANTRA. De qualquer forma, através dos números, busca-se explicitar como o Brasil tem se constituído como um país violento para a população de travestis e mulheres trans com um perfil jovem.

### **Os percursos da produção de um relatório e da demanda coletiva**

No caso de uma pesquisa, como as que são produzidas pelas estratégias estatativistas dos movimentos LGBTI+, um relatório é a materialização dos resultados e oficialização da demanda coletiva. Durante a pesquisa de mestrado, foi possível acompanhar a produção do relatório do Movimento por Avanços nas Políticas Públicas de Atenção às Populações LGBTI+ (MAPPA LGBTI+). O MAPPA LGBTI+, como é chamado, atua na cidade de São Carlos desde 2020, momento no qual um grupo de pessoas trans se reuniu para a realização de uma pesquisa quantitativa que buscasse compreender um quadro das características sociais e sociodemográficas da população LGBTI+ no município, além da sua situação com relação ao atendimento em serviços públicos. Seus intuítos, nesse primeiro momento, tinham forte relação com a falta de dados

específicos sobre a população LGBTI+ no município e a falta de atendimento no serviço de endocrinologista pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desde que a única médica da área de tratamento hormonal interrompeu os atendimentos por falta de equipe preparada, o que afetava principalmente a população trans. A pesquisa e os dados produzidos a partir dela buscavam tornar visível esse contexto e tornar válida a demanda pelos serviços.

Nesse sentido, o MAPPA LGBTI+ faz eco a outras iniciativas civis da sociedade brasileira, como as retratadas nas seções anteriores, que confrontam a ausência de dados públicos produzidos por órgãos institucionais e administrativos do Estado brasileiro, como o IBGE. A realização do mapeamento da população LGBTI+ foi feita através da aplicação de um questionário digital, que foi divulgado em jornais locais e por redes sociais. A divulgação envolveu o elemento da “realização do 1º censo LGBTI+”, evidenciando como a ausência desse tipo de dado estatístico prejudica esta população e a possibilidade de conhecer como o preconceito afeta suas vidas cotidianas.

A cidade de São Carlos-SP, onde o MAPPA LGBTI+ realizou a pesquisa, teve a implementação de políticas públicas voltadas ao público LGBTI+ local no período de 2010, através da atuação do movimento social local conjuntamente com a administração pública (Vergili, 2012). Tratava-se do projeto denominado Tripé de Cidadania LGBT (2009-14), através do qual se articularam ONG's, em específico a ONG Visibilidade LGBT, projetos culturais, a implementação do Conselho de Diversidade Sexual, a Semana da Cidadania LGBT, com a realização da Parada LGBT como encerramento. É válido ressaltar que nesse período havia consonância entre a mesma sigla partidária em âmbito federal e municipal, o PT. Contudo, passou por um período de descontinuação dessas políticas, como a desativação do Conselho em 2015, a interrupção da realização das Paradas LGBT e a interrupção da atuação da ONG Visibilidade LGBT durante o governo de Paulo Altomani (PSDB). O Conselho foi reativado em outubro de 2019, no penúltimo ano do primeiro governo de Airton Garcia, do PSB, antes de sua reeleição e atualmente do PSL.

Passei a acompanhar a iniciativa do MAPPA LGBTI+ a partir de agosto de 2021, quando estava me candidatando a uma vaga no mestrado em Sociologia, e fui convidado a integrar o grupo de trabalho de análise dos dados coletados. Naquele momento, o movimento também passou a ser integrado por mais duas pessoas, que estavam interessadas e possuíam formação acadêmica para colaborar na análise dos dados, o que diversificou a identidade de gênero e sexualidade das pessoas que o compunham. Uma das principais diferenças da pesquisa realizada em São Carlos pelo MAPPA LGBTI+ em comparação às discutidas na seção anterior é o interesse por dados relativos ao acesso de serviços públicos. A ausência de dados sobre esses aspectos apresenta a dificuldade na construção de políticas públicas que atinjam e levem em consideração as características da população “LGBTI+”. Por isso, conceitos importantes, então, são os de gênero e sexualidade, não reconhecidos em pesquisas que abrangem o contexto nacional.

### Figura 1: Categorias de gênero.

21. Gênero? \*

As identidades abaixo (travesti, mulher trans, transmasculino/homem trans, não-binário) são entendidas como “identidades guarda-chuva”, sendo utilizadas em políticas públicas para mapeamento de identidades de gênero. \*Cisgênero é um conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado em seu nascimento. (fonte: “Guia inclusivo dos muitos gêneros”, da Jaqueline Gomes de Jesus.) Você pode selecionar mais de uma opção. Escolha o que mais se aproxima da sua realidade.

*Marque todas que se aplicam.*

- Travesti
- Transmasculino/Homem trans
- Transfeminina/Mulher trans
- Não-Binário
- Homem cisgênero\*
- Mulher cisgênero\*
- Não desejo informar

Fonte: Questionário aplicado pelo Mappa LGBTI+.

### Figura 2: Categoria de intersexualidade.

22. Você é uma pessoa Intersexo? \*

Intersexo é um termo de origem médica que foi incorporado pelos ativismos para designar as pessoas que nasceram com corpos (órgãos e anatomias sexuais) que não se encaixam naquilo que entendemos por corpos masculinos ou femininos. (fonte: ABRAI - Associação Brasileira de Intersexos)

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sei
- Não desejo informar

Fonte: Questionário aplicado pelo Mappa LGBTI+.

### Figura 3: Categorias de sexualidade.

23. Sexualidade: \*

Escolha o que mais se aproxima da sua realidade.

*Marcar apenas uma oval.*

- Lésbica
- Homossexual/gay
- Bissexual
- Heterossexual
- Assexual
- Pansexual
- Não desejo informar

Fonte: Questionário aplicado pelo Mappa LGBTI+.

Nas imagens acima, é possível verificar as categorias de sexualidade e gênero disponibilizadas aos respondentes. O questionário foi aplicado durante junho a setembro de 2021, quando ficou disponível para ser respondido e incluía questões referentes ao perfil socioeconômico (que compreende mensurações de gênero, sexualidade, raça/cor, faixa etária, vínculo empregatício,

uso de nome social...), atendimento em serviços públicos de saúde, educação, casos de violência e acesso à segurança pública. A pesquisa atingiu um total de 389 respostas válidas. Foi formado, então, um Grupo de Trabalho para a análise dos dados coletados, composto por uma equipe interdisciplinar das áreas da estatística, ciência da computação e sociologia. As discussões do relatório ocorreram a partir do que o GT responsável pela análise produzia, tendo em vista alguns materiais de referência, como outras pesquisas realizadas pelo movimento LGBTI+. Entre estas, destacam-se as da ANTRA (discutidas anteriormente) e a realizada pelo Centro de Estudos em Cultura Contemporânea (CEDEC).

Algumas considerações são importantes: a procedimentação metodológica da pesquisa por meios digitais foi um elemento considerado crítico. Por selecionar uma população mais escolarizada, como evidenciado pelo perfil de escolaridade das pessoas que responderam ao questionário, não acessou nenhuma pessoa analfabeta. A preocupação com informações do acesso às políticas públicas pela população local é um diferencial da pesquisa realizada. O MAPPA constatou que apenas 22,72% da população trans disse ter o nome social respeitado em serviços públicos de saúde, 48,9% das pessoas disseram não ir ao médico por desrespeito ao gênero, medo ou demora no atendimento. Além disso, 34,13% das pessoas gays e 33,93% das pessoas trans disseram sentir distinção por ser LGBTI+ em serviços públicos de educação, entre outros dados, que caracterizam a iniciativa do movimento como uma prática local de quantificação, formulando documentos alternativos aos estatais.

Os estudos de gênero e sexualidade oferecem a possibilidade de compreensão que as categorias de identidades sexuais e de gênero não constituem uma essência do sujeito e ressaltam o regime de poder cisheteronormativo que produz sujeitos de acordo com critérios sociais hegemônicos. Dessa forma, a criação de opções de identificação de tais atributos que fujam à noção binária e biológica pode tornar identidades historicamente patologizadas e criminalizadas, positivadas e existentes.

Os estudos de sociologia da quantificação permitem dar destaque às diferentes formas de se produzirem dados, desde os mais institucionais, que tendem a abranger uma grande amostra, mas com mensurações que podem não acompanhar os movimentos da sociedade, aos mais informais, que, em geral, possuem amostras menores, mas centralizam a atenção nas categorias que produzem mais identificação com os grupos pesquisados. Embora os do primeiro grupo possam ser mais padronizados, também podem ser mais enrijecidos e não acompanhar os movimentos da sociedade. Os do segundo podem estar mais atentos a realidades locais, mas também podem se defrontar com problemas de financiamento e continuação. No que se refere aos estudos de sociologia da quantificação, é possível notar que essa produção tem tratado pouco dos movimentos de gênero e sexualidade. No sentido dos casos aqui trabalhados, é evidente a ausência dos dados sobre a

população LGBTI+, o que evoca um uso suplementar das estatísticas oficiais (DeRosa, 2014). No caso do MAPPA LGBTI+, por exemplo, as estatísticas oficiais servem como parâmetros ao mesmo tempo que outras pesquisas realizadas por movimentos sociais.

### **Considerações finais**

Os objetivos ao início da pesquisa eram o de compreender a produção de números pelos movimentos LGBTI+ como forma de luta política no contexto contemporâneo. Esses números, mais do que apenas quantificar, buscavam direcionar críticas aos critérios de mensuração utilizados pelas “estatísticas oficiais”. Os movimentos LGBTI+ têm utilizado narrativas numéricas para reivindicar a cidadania e tais estratégias têm sido cunhadas por parte da bibliografia como “estatativistas”. O estatativismo LGBTI+ suscita a associação das letras, que dão nomes às diferenças qualitativas de gênero e sexualidade, a números que calculam quantitativamente os efeitos desiguais da diferença nomeada. Essas estratégias trazem elementos importantes para as discussões sobre políticas sociais e noções de diferenças de gênero e sexualidade. No caso do enquadramento que enfatiza a violência, como o que é produzido pelas pesquisas do Grupo Gay da Bahia ou pela ANTRA, torna as mortes em números. Já no caso do acesso aos serviços públicos, pela pesquisa do MAPPA LGBTI+, torna o acesso ou a falta deste como um fenômeno que afeta a coletividade e não apenas casos individuais.

O “estatativismo LGBTI+” operacionaliza as categorias de identidade historicamente formuladas pelos movimentos sociais, mas o uso dessas tecnologias de mensuração evocam dilemas e ambiguidades. Se por um lado ressaltam a importância do Estado como “protetor” frente às múltiplas formas de violência que atingem a população LGBTI+ de forma diferencial, por outro, reforçam a integração a uma instituição que historicamente criminalizou e deu suporte à patologização desse mesmo grupo. Apesar desses dilemas, buscou-se demonstrar como o “estatativismo LGBTI+” tem direcionado críticas ao Estado através de suas pesquisas, elemento que traz à tona os próprios sentidos evocados pela etimologia da palavra estatística, o “estado”. Pensar o “estatativismo LGBTI+”, como foi proposto neste texto, levanta sérias questões acerca dos sentidos de cidadania no contexto contemporâneo, a construção de políticas públicas para essa população e a perspectiva do Estado brasileiro, assim como os próprios limites de suas ações.

Outro aspecto do “estatativismo LGBTI+” é o financiamento para a realização das pesquisas pelos movimentos sociais. É notável a diferença nas amostras das pesquisas, muito menores que aquelas produzidas por instituições e órgãos administrativos do Estado, que produz através de formas de mensurações próprias, as “quantificações oficiais”. É importante ressaltar, após as análises, que se os movimentos sociais direcionam esforços para a realização de pesquisas sobre

determinado problema social, como a violência ou o acesso aos serviços públicos, é por conta do efeito de desigualdades. A realidade social, nesse sentido, precede os dados e não são criados pela produção destes. Dessa forma, as pesquisas, através de seus relatórios e materiais de divulgação, transformam em números uma realidade verificável no cotidiano de pessoas LGBTI+.

## Referências

- AGUIÃO, Silvia (2014), *Fazer-se no “Estado”*: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- BRUNO, Isabelle, *et al.* (2016), *The Social Sciences of Quantification: From politics of Large Numbers to Target-Driven Policies. Logic, Argumentation & Reasoning, Interdisciplinary Perspectives from the Humanities and Social Sciences*, Springer.
- BUTLER, Judith (2004), *Undoing gender*. New York, Routledge.
- BUTLER, Judith (2018), *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- BUTLER, Judith, (2019), *Corpos que importam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo, Editora N-1.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. (orgs.) (2019), *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, IBTE.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. (orgs.) (2020), *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expresso Popular, ANTRA, IBTE.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. (orgs.) (2021), *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expresso Popular, ANTRA, IBTE.
- BENEVIDES, Bruna G. (2022), *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA.
- BENEVIDES, Bruna G. (2023), *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA.
- BENTO, Berenice, (2006), *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro, Garamond.
- CAMARGO, Alexandre; LIMA, Renato S. de; HIRATA, Daniel V. (2021), “Quantificação, Estado e participação social: potenciais heurísticos de um campo emergente”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 23, n. 56, pp. 20-40.
- CARVALHO, Angelita A.; BARRETO, Rafael C. V. (2021), “A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019?” *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 9, pp. 4059-4064 [Consul. 10-04-2023]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.12002021>
- COACCI, Thiago (2018), *Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Minas Gerais.
- DE ROSA, Eugenia (2014), “Gender Statactivism and NGOs: Development and the use of gender sensitive data for mobilizations and women's rights”. *Partecipazione e Conflitto*, v. 7, n. 2, pp. 314-347 [Consul. 10-04-2023]. Disponível em <http://siba-ese.unisalento.it/index.php/paco/article/view/14156>
- DESROSIÈRES, Alain (1998), *The politics of large-numbers: a history of statistical reasoning*. Translated by Camille Naish. Harvard University Press.

- DIDIER, Emmanuel; BRUNO, Isabelle (2021), “O ‘estatativismo’ como uso militante da quantificação”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 23, n. 56, pp. 82-109 [Consul. 10-04-2023]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/15174522-105471>
- FACCHINI, Regina (2002), *Sopa de letrinhas? movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 241 p.
- Facchini, Regina (2003), “Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico”. *Cadernos AEL*, Campinas, V. 10, n. 18/19.
- FRANÇA, Isadora L. (2006), *Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FOUCAULT, Michel (1999), *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal.
- GREEN, James (1999), *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Editora Unesp.
- HOCQUENGHEM, Guy (2009), *El deseo homosexual*. Barcelona, Melusina.
- IRINEU, Bruna A. (2016), *A política pública LGBT no Brasil (2003-2014): homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 277f..
- LEITE JUNIOR, Jorge (2008), “*Nossos corpos também mudam*”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Tese de doutorado em Ciências Sociais PUC-SP, 2008.
- MARTINS, Alexandre N. (2020), *Caminhos da criminalização da LGBTfobia: racionalidade criminalizante, neoliberalismo e democratização*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MÉNDEZ, Raquel (Lucas) Platero; VILLENA, Maria R. (2012), “De ‘la parada de los monstruos’ a los monstruos de lo cotidiano: La diversidad funcional y sexualidad no normativa”. *Feminismo/s*, v. 19, pp. 127-142 [Consul. 10-04-2023]. Disponível em <https://doi.org/10.14198/fem.2012.19.08>
- MORLAND, Iain (2009), “What can queer theory do for intersex?” *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, v. 15, n. 2, pp. 285-312 [Consul. 10-04-2023]. Disponível em <https://doi.org/10.1215/10642684-2008-139>
- MOTTA, Eugênia (2019), “Resistência aos números: a favela como realidade (in)quantificável”. *Mana*, v. 25, n. 1, pp. 72-94 [Consul. 10-04-2023]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1678-49442019v25n1p072>
- OLIVEIRA, José M. D. (2020), *Mortes violentas de LGBT+ no Brasil*. José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott. 1ª ed. Salvador, Editora Grupo Gay da Bahia.
- RAYARA, Megg (2018), Por que você não me abraça? *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*.
- SIMÕES, Júlio A.; Facchini, Regina (2009). *Na trilha do Arco-Íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- VERGILI, Guilherme E. (2012), *Institucionalização de políticas LGBTs: Um estudo sobre a criação do tripé da cidadania LGBT no município de São Carlos entre os anos 2009 e 2012*. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFSCar-São Carlos.
- WITTIG, Monique (2006[1980]), El pensamiento heterosexual. In: *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona, Madrid, Editorial Egales, pp. 45-57.